



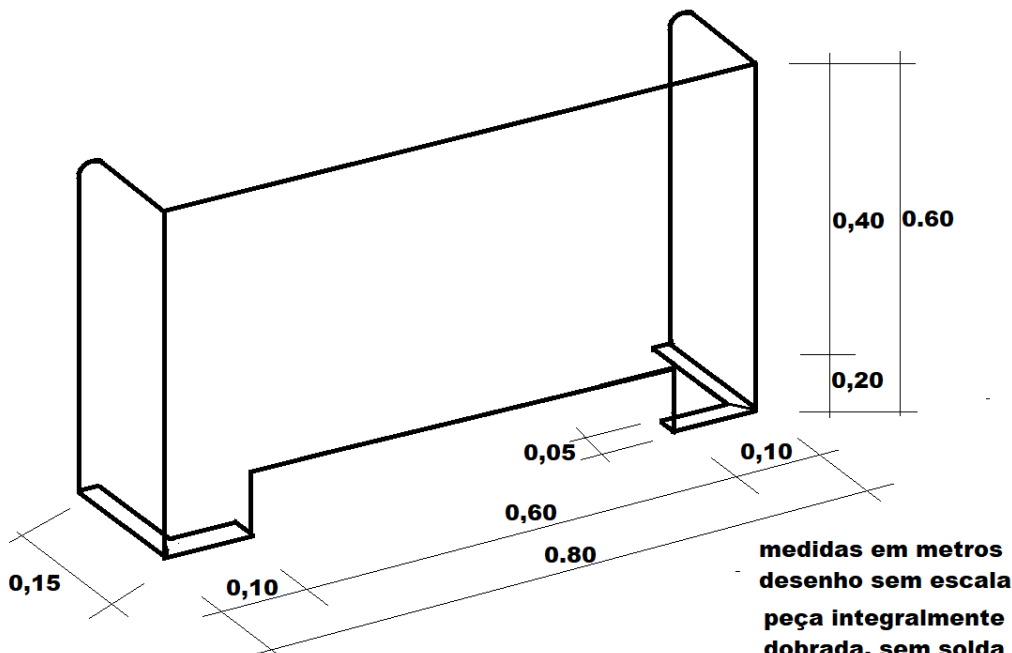
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 01 - TRE-ES/PRE/DG/SAO/COMAP**1. OBJETO**

1.1. Aquisição de barreiras de proteção (painéis) em acrílico para instalação em locais de atendimento ao público externo, conforme especificações, quantidades e exigências contidas neste instrumento.

2. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

2.1. Segue abaixo especificação do material a ser adquirido:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.
1	<p><u>Barreira de proteção (painel) em acrílico.</u> 1- Para utilização em mesas e/ou balcões. 2- Autoportante. 3- Material: acrílico incolor/cristal de no mínimo 3 mm de espessura. 4- Bordas superiores não pontiagudas 5- Acabamento polido e sem rebarbas. 6- Dimensões: 0,80x0,60m(Largura x Altura). Abertura inferior 0,60x0,20m(largura x altura) para coleta de digitais e passagem de documentos. Estrutura de sustentação: com dobra em acrílico com 0,15m de largura. Medidas podendo variar 20mm. 7- Base com dobra (pé) de 0,05m. 8- Peça inteiramente dobrada, sem solda. 9- Com fita tipo "3M", dupla-face, fixada em todo contorno da base. 10- Conforme modelo:</p>  <p>medidas em metros desenho sem escala peça inteiramente dobrada, sem solda</p>	PEÇA	100

3. FUNDAMENTAÇÃO DA AQUISIÇÃO**3.1. JUSTIFICATIVA (MOTIVAÇÃO/NECESSIDADE)**

O material faz-se necessário como complemento das ações de prevenção adotadas pelo TRE, como forma de prevenir e mitigar o contágio pelo COVID-19, para uso nos balcões para atendimento de público externo, tendo em vista a necessidade de maior proteção tanto do eleitor como do servidor da Justiça Eleitoral, visando o retorno ao atendimento presencial.

O presente pedido visa complementar uma primeira aquisição, realizada no exercício 2021, de duas unidades para cada cartório eleitoral e uma unidade para postos eleitorais, para que a área de atendimento dos Cartórios e postos eleitorais possua barreiras em todos os guichês.

O quantitativo adotado foi com base em consulta aos Cartórios Eleitorais, que informaram suas necessidades, conforme distribuição constante do ADENDO I.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. LOCAL DE ENTREGA.

4.1.1. O local de entrega será na Seção de Almoxarifado e Patrimônio deste Tribunal, localizado no seu edifício-sede, no horário das 13h às 18h, de segunda à sexta-feira, sem que isso implique em acréscimo no preço proposto. A entrega poderá ser agendada pelo fone (27) 21218643 ou 21218634.

4.2. PRAZO DE ENTREGA

4.2.1. Os materiais deverão ser entregues em no máximo 30 (trinta) dias, contados do recebimento da nota de empenho ou da assinatura do contrato.

4.3. RECEBIMENTO DO OBJETO

4.3.1. Os bens serão recebidos, provisoriamente, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.3.2. Após a entrega, o produto será conferido pelo setor competente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, que atestará a sua regularidade após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

4.3.3. Constatada qualquer irregularidade ou peças danificadas, com defeito ou empenadas, a empresa deverá substituir o item em desacordo no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados a partir do término do prazo máximo de entrega, estabelecido no item 4.2.1., ou a partir da data do recebimento, da comunicação expedida pelo setor competente deste TRE/ES, caso esta contagem seja mais favorável.

4.3.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4.4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.4.1. Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita.

4.4.2. Aplicar à contratada, observando-se o devido processo legal, e respeitando-se os direitos do contraditório e da ampla defesa, as sanções administrativas cabíveis.

4.4.3. Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições de preços e prazo estabelecidas no respectivo Contrato.

4.5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.5.1. Receber a nota de empenho, ou assinar o instrumento contratual, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis.

4.5.2. Retirar, no ato da substituição do objeto que esteja em desacordo com as especificações, ou em até 05 (cinco) dias úteis da ocorrência da mesma, mediante documento hábil a ser emitido pelo fornecedor, os materiais que porventura tenham sido substituídos, por estarem em desacordo com as especificações.

4.5.3. Providenciar a retirada de todo material não aceito pelo Tribunal no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados automaticamente a partir da data do término do último prazo para entrega/substituição previsto neste Termo, sob pena de caracterização de abandono, podendo ser, então o(s) bem(ns) incorporado(s) ao patrimônio do TRE-ES.

4.5.4. Entregar o produto com informações corretas, claras, precisas e em língua portuguesa sobre suas características, quantidade, composição e origem, em atendimento ao disposto no Código de Defesa do Consumidor, bem como, atender às Normas pertinentes (ABNT, INMETRO e outras), observando as dimensões e demais especificações solicitadas neste termo.

4.5.5. Entregar, no caso de produto estrangeiro ou produto com tecnologia importada, manual cujas especificações mínimas deverão estar traduzidas em língua portuguesa.

4.5.6. Informar os dados do seu domicílio bancário (banco, agência e conta) para o correspondente pagamento.

4.5.7. Substituir, em até 5 (cinco) dias úteis, o documento fiscal que relacione itens não aceitos, por estarem em desconformidade com o Edital, por outro que contenha apenas os aprovados.

4.5.8. Assumir inteira responsabilidade pela entrega que efetuar, observando os prazos e as especificações constantes deste Termo de Referência, sujeitando-se ao Código de Defesa do Consumidor quanto às condições dos materiais entregues e sua validade/garantia.

5. MODELO DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

5.1. SANÇÕES APLICÁVEIS

5.1.1. A recusa na manutenção da proposta ou descumprimento do prazo para assinatura do instrumento contratual / confirmação de recebimento de nota de empenho, implicará na cobrança de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do contrato e no impedimento de contratar com a UNIÃO pelo período de até 5 (cinco) anos;

5.1.2. Em conformidade com as disposições previstas neste Termo de Referência, o descumprimento das obrigações nele estipuladas, sujeitará o contratado às sanções estabelecidas na Lei 8.666/93 e, ainda, às seguintes penalidades:

Descumprimento	Percentual de multa diária	Limite de dias	Percentual total de multa	Valor de incidência da multa
a) Atraso na entrega/substituição	0,5%	20	10%	Objeto em atraso
b) Inexecução total ou parcial	-----	-----	30%	Objeto inexecutado
c) Qualquer outra obrigação (por ocorrência)	-----	-----	0,5%	Total do contrato

5.1.3. O atraso superior a 20 (vinte) dias, na entrega ou na substituição, caracterizará a inexecução total da obrigação.

5.1.4. Excepcionalmente, após esse prazo, e desde que haja prévia e expressa autorização da Administração, o material poderá ser recebido, em uma única ocorrência (na entrega ou na substituição), no prazo suplementar de até 20 (vinte) dias, sujeitando-se o contratado à aplicação de multa diária correspondente a 0,5% (meio por cento), incidente sobre o valor do objeto, até o 20º (vigésimo) dia de atraso, podendo atingir o percentual de 10% (dez por cento).

5.1.5. A solicitação de adiamento do prazo de entrega ou de substituição, na forma do item anterior, deverá ser sempre por escrito, devendo ser recebida contemporaneamente ao fato que ensejá-la.

5.1.6. A aplicação das multas previstas não exime o contratado de reparar eventuais danos, perdas ou prejuízos que o seu ato punível venha a acarretar à Administração.

5.1.7. Os valores das multas porventura aplicadas serão descontados dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

5.1.8. As sanções porventura aplicadas pela Administração serão registradas no SICAF, em conformidade com as disposições do parágrafo segundo do art. 49 do Decreto nº 10.024, de 20/09/2019.

5.1.9. A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte do contratado, na forma da Lei nº 9.784/99 (Lei do Processo Administrativo).

5.1.10. A contagem do prazo estabelecido no subitem 5.1.2, alínea "a", inicia-se automaticamente no primeiro dia de atraso na entrega e/ou na substituição do objeto, não havendo necessidade de apresentação de pedido de prorrogação de prazo pelo

contratado, exceto nas hipóteses em que a Administração expressamente manifestar seu desinteresse no recebimento extemporâneo do material.

5.1.11. A contagem do prazo estabelecido no subitem 5.1.4. inicia-se a partir da data do recebimento, pela Contratada, da comunicação expedida pelo setor competente deste TRE/ES, ou a partir do término do prazo estabelecido no subitem 5.1.2, alíneas “a” e “b”, caso esta contagem seja mais favorável à Contratada.

6. PAGAMENTO

6.1. PRAZO DE PAGAMENTO

6.1.1. O objeto entregue pelo contratado será pago após a apresentação do respectivo documento fiscal, mediante depósito bancário em conta corrente. Não havendo nenhum fator impeditivo provocado pela contratada, a Contratante providenciará a emissão da ordem bancária até o 5º (quinto) dia útil após o atesto do documento fiscal pelo servidor ou equipe gestora responsável

6.2. CONDIÇÕES PARA O PAGAMENTO

6.2.1. Havendo erro no documento fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquele será devolvido à Contratada pelo fiscal do contrato e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras.

6.2.2. *A empresa optante pelo SIMPLES, para usufruir da isenção da retenção de tributos e contribuições estabelecida pela IN SRF nº 1234/2012, deverá apresentar declaração ORIGINAL (01) via na forma do Anexo IV daquela instrução normativa, JUNTO COM A NOTA FISCAL. CÓPIA NÃO É VÁLIDA.*

7. DA LEI Nº 13.709/2018 (LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS):

7.1. É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal, repassado em decorrência da execução contratual, para finalidade distinta da contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

7.2. Para fins de execução do objeto contratado e de cumprimento de obrigação legal ou regulatória, o Contratante poderá proceder ao tratamento dos dados pessoais dos representantes legais da Contratada, inclusive para publicação nos portais de Transparência do Contratante.

8. DA PROPOSTA

8.1. Ao encaminhar a proposta, o responsável pelo envio está ciente e de acordo com todas as condições estabelecidas no presente Termo de Referência, bem como de que a proposta encaminhada vincula a empresa ao cumprimento de seus termos.

9. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

Valor Total Estimado da Contratação: R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais)

ADENDO I TABELA DE SOLICITAÇÃO DO MATERIAL

Zona Eleitoral	Quantidade
01	06
02	06
03	02
04	0
05	02
06	04
07*	01
Posto de Laranja da Terra	
08	01
09	01

10	01
11	02
12	01
13	03
14	03
15	01
16	0
17	02*
*1 p/Piúma	
18	02
19	01
20	02
21	02
22	01
23	0
24	03
25	04
26	02
27*	01
Pedro Canário	
30	02
32	03
33	0
34	02
35	01
36	
1 p/ Mantenópolis	03
*1 p/ Alto Rio Novo	
37	0
38	0
39	0
40	0
41	0
43	01
44	02*
*1 p/ Dorés do Rio Preto	
46	0
47	02
48	04
51	0
52	02
53	04
54	03
55	02
57	03
59	03
RESERVA	9
TOTAL	100

Em 10 de fevereiro de 2022.



às 16:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-es.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0689988** e o código CRC **B54F3747**.